



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**XXXII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA DA BANCA DIREITO CONSTITUCIONAL,  
DIREITO ADMINISTRATIVO, PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO  
PÚBLICO E DIREITO TRIBUTÁRIO - 31.03.2012

**PONTO SORTEADO Nº 07**

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

**01ª questão: Direito Constitucional (Valor - 40 pontos)**

A Comissão Permanente de Assuntos Municipais e de Desenvolvimento Regional da ALERJ ajuíza Representação por Inconstitucionalidade, perante o Órgão Especial do TJ-RJ, alegando que determinada norma do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de cidade integrante da região metropolitana viola os artigos 234, inciso III e 236, da Constituição do Estado.

O preceito impugnado na citada Representação por Inconstitucionalidade faculta ao Plenário da Câmara de Vereadores, por maioria simples de votos dos seus membros, a dispensa de realização de audiência pública em processos legislativos que tenham por objetivo adaptação dos Planos Urbanísticos às novas realidades da urbe.

A Câmara de Vereadores, intimada para se manifestar sobre os termos da Representação, aduz, preliminarmente, que a referida comissão não deteria legitimidade para instaurar processo de controle concentrado de constitucionalidade, em razão do dever de simetria ao rol dos legitimados contido no artigo 103, da CF, razão pela qual o citado processo deveria ser extinto, sem julgamento de mérito, por ilegitimidade ativa. Quanto ao mérito, assentou que a norma do Regimento Interno da Câmara veicula matéria *interna corporis*, insuscetível de controle judicial, sob pena de violação ao princípio da separação de poderes. No mais, argumentou que as normas da Constituição do Estado, ao dispor sobre o processo legislativo dos Municípios, invadiram esfera de competência própria dos entes municipais, o que implicaria na sua inconstitucionalidade, por violação ao artigo 18, da CF, devendo o Órgão Especial, de forma incidental, reconhecer a citada inconstitucionalidade. Alternativamente, pugnou por uma interpretação conforme a Constituição, para permitir que a Casa Legislativa de cada Município decida, em cada caso concreto, acerca da necessidade ou não de realização de audiência pública.

A Procuradoria Geral do Estado, intimada para se pronunciar na forma do artigo 162, §3º, da Constituição do Estado, manifestou-se pela rejeição da preliminar processual, uma vez que a Constituição do Estado deteria competência para atribuir legitimidade ativa na Representação para outros órgãos, mesmo que não guardem relação com os legitimados da Ação Direta de Inconstitucionalidade. No mérito, aduziu que o Órgão Especial do Tribunal de Justiça, no âmbito do processo objetivo da Representação por Inconstitucionalidade, não pode realizar controle de constitucionalidade tendo como paradigma a Constituição Federal, pugnando pela declaração de inconstitucionalidade do preceito do Regimento Interno, com efeitos temporais *ex nunc*, uma vez que diversas licenças de construções já foram editadas com base em leis urbanísticas aprovadas sob o



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**XXXII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA DA BANCA DIREITO CONSTITUCIONAL,  
DIREITO ADMINISTRATIVO, PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO  
PÚBLICO E DIREITO TRIBUTÁRIO - 31.03.2012

**PONTO SORTEADO Nº 07**

rito estabelecido no Regimento Interno, o que poderia causar lesão ao interesse público e ao direito de terceiros de boa fé.

O processo é, então, remetido ao Procurador Geral de Justiça para manifestação.

ELABORE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA (DISPENSADA A FORMA DE PARECER),  
ABORDANDO TODOS OS ASPECTOS SUSCITADOS.

**02ª questão: Direito Constitucional (Valor - 30 pontos)**

O Promotor de Justiça da Infância e da Juventude da Comarca de Petrópolis toma conhecimento de que há inúmeras crianças sendo vítimas de exploração sexual no referido Município. Constata, ainda, a existência de projeto do poder público visando ao atendimento de crianças vítimas de abuso, contudo, este não é executado.

Pergunta-se:

1. No âmbito das funções institucionais do Ministério Público, é cabível medida judicial para obrigar o Município a executar o projeto?
2. Cabe ao Poder Público invocar a cláusula da reserva do possível, na hipótese?
3. Eventual decisão judicial pode obrigar o poder público a implementar direitos de segunda geração?

RESPOSTA JUSTIFICADA.

**03ª questão: Direito Constitucional (Valor - 30 pontos)**

A Lei nº 8.080/90, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, dispõe o seguinte:

“Artigo 15: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão, em seu âmbito administrativo, as seguintes atribuições:

(...)

XIII - para atendimento de necessidades coletivas, urgentes e transitórias, decorrentes de situações de perigo iminente, de calamidade pública ou de irrupção de



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**XXXII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA DA BANCA DIREITO CONSTITUCIONAL,  
DIREITO ADMINISTRATIVO, PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO  
PÚBLICO E DIREITO TRIBUTÁRIO - 31.03.2012**

***PONTO SORTEADO Nº 07***

epidemias, a autoridade competente da esfera administrativa correspondente poderá requisitar bens e serviços, tanto de pessoas naturais como de jurídicas, sendo-lhes assegurada justa indenização.”

Assim, pergunta-se: a União Federal pode requisitar bens e serviços de um determinado Município sob a alegação de que está ocorrendo grave crise no sistema de saúde, com base no texto legal mencionado?

RESPOSTA JUSTIFICADA.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**XXXII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA DA BANCA DIREITO CONSTITUCIONAL,  
DIREITO ADMINISTRATIVO, PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO  
PÚBLICO E DIREITO TRIBUTÁRIO - 31.03.2012

**PONTO SORTEADO Nº 07**

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**01ª questão: Direito Administrativo (Valor – 50 pontos)**

Irresignada com determinado ato administrativo, contra o qual era previsto recurso administrativo com efeito suspensivo no prazo de 15 (quinze) dias, ADRIANA dispensou o recurso e impetrou mandado de segurança no qual postulou a anulação do referido ato. Pergunta-se:

- a) É cabível a impetração nessa hipótese ?
- b) Poderia ADRIANA ter oferecido o recurso administrativo e impetrado o mandado de segurança concomitantemente ?
- c) Pode o juiz julgar o mandado de segurança sem o parecer do representante do Ministério Público ?

FUNDAMENTE AS RESPOSTAS E INDIQUE, QUANDO POSSÍVEL A FONTE NORMATIVA.

**02ª questão: Direito Administrativo (Valor – 50 pontos)**

Disserte sobre a competência do Município para instituir normas gerais como instrumento do poder de polícia.

Esclareça também o sentido da proporcionalidade no exercício do poder de polícia?

RESPOSTAS FUNDAMENTADAS, COM A INDICAÇÃO, SE FOR O CASO, DA FONTE NORMATIVA.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**XXXII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA DA BANCA DIREITO CONSTITUCIONAL,  
DIREITO ADMINISTRATIVO, PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO  
PÚBLICO E DIREITO TRIBUTÁRIO - 31.03.2012

**PONTO SORTEADO Nº 07**

**PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

**01ª questão: Princípios Institucionais do Ministério Público (Valor - 20 pontos)**

Otávio, serventuário de Justiça, tem contra si proposta ação de interdição e, citado, não constitui advogado, sendo designado o Ministério Público para representá-lo. Em razão de fatos ocorridos ao tempo em que exercia suas funções regulares, Otávio é arrolado como testemunha em procedimento disciplinar instaurado pela Corregedoria-Geral de Justiça, sendo determinado pelo Corregedor-Geral, presidente do procedimento, ao Procurador-Geral de Justiça que designe o Promotor de Justiça em atuação na ação de interdição para atuar na audiência em que Otávio testemunhará. No curso da audiência é atribuída suposta paternidade a Otávio em relação à criança recém nascida e ainda não civilmente registrada, sendo determinado ao responsável pelo registro civil de pessoas naturais da circunscrição da respectiva maternidade que proceda na forma da Lei nº 8.560/92.

**PERGUNTA-SE:**

- a) É correta a designação do Ministério Público para representar Otávio nos autos da ação de interdição?
- b) Há diferença na qualidade em que se dá a atuação judicial do Ministério Público na ação de interdição de Otávio e nos autos deflagrados a partir do nascimento do seu pretenso filho, com base na Lei nº 8.560/92?
- c) É exigível a designação do Promotor de Justiça determinada pelo Poder Judiciário?
- d) A quem cabe decidir acerca da necessidade ou da impossibilidade de intervenção do Ministério Público nos processos, na forma do artigo 82, incisos I a III, c/c art. 84, do Código de Processo Civil?

**02ª questão: Princípios Institucionais do Ministério Público (Valor - 30 pontos)**

Em representação pela prorrogação de prisão temporária de indiciado preso, com promoção favorável do Ministério Público, é correta a decisão de indeferimento sob o fundamento de que as diligências apontadas pela autoridade policial não são imprescindíveis e que já estão presentes indícios suficientes para deflagração da ação penal pública? Como deve promover o Promotor de Justiça ao receber os autos para ciência dessa decisão?

RESPOSTA JUSTIFICADA.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**XXXII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA DA BANCA DIREITO CONSTITUCIONAL,  
DIREITO ADMINISTRATIVO, PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO  
PÚBLICO E DIREITO TRIBUTÁRIO - 31.03.2012**

**PONTO SORTEADO Nº 07**

**03ª questão: Princípios Institucionais do Ministério Público (Valor - 50 pontos )**

A Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro recebe notícia anônima relatando que em determinado Município o Prefeito desviou, em proveito próprio, expressiva verba destinada à reforma e ampliação de unidade escolar municipal do ensino fundamental, recebida do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF. Encaminhada a representação ao Promotor de Justiça em atuação na Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva com atribuição no respectivo Município, no qual não há sede de Vara Federal, é determinada a notificação do Prefeito reeleito para se manifestar sobre a notícia. Em sua defesa, o mandatário sustenta a prerrogativa do foro privilegiado; que aquela verba recebida não foi aplicada na mencionada obra, que teria sido realizada apenas com recursos do próprio Município, durante sua gestão anterior e já decorridos mais de cinco anos desde a conclusão da empreitada e daquele mandato; por fim, alega que o FUNDEF foi extinto pela Lei nº 11.494/07 e que suas contas daquela gestão foram aprovadas pela Câmara Municipal. Realizadas inspeções pelos Tribunais de Contas da União e do Estado (TCU e TCE), os relatórios de ambos demonstram e comprovam o efetivo desvio de verbas, na época indicada pelo Prefeito, tanto daquelas recebidas do FUNDEF, quanto das do próprio Município, estando a unidade de ensino desativada desde a data prevista para o início da obra. Finalmente, o relatório do TCE relata que irregularidades também foram constatadas na execução de obra em curso em outra unidade escolar municipal, realizada com verbas provenientes de convênio com o Governo Federal.

**DISCORRA**

- a) Sobre a atribuição e a legitimação dos órgãos de execução do Ministério Público estadual, do Ministério Público Federal e a competência – no âmbito cível e no penal
- b) Sobre a prescrição em Improbidade Administrativa imputada a Chefe de Poder Executivo.

**RESPOSTA JUSTIFICADA.**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**XXXII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA DA BANCA DIREITO CONSTITUCIONAL,  
DIREITO ADMINISTRATIVO, PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO  
PÚBLICO E DIREITO TRIBUTÁRIO - 31.03.2012

**PONTO SORTEADO Nº 07**

**DIREITO TRIBUTÁRIO**

**01ª questão: Direito Tributário (Valor - 100 pontos)**

Contribuinte foi autuado por pagar a menor o IPTU supostamente devido e não obtém êxito na esfera administrativa. O valor de IPTU a menor exigido a título de principal é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e a multa aplicada, sob o argumento de reiteração do recolhimento a menor, foi imputada no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

- a) Ajuizada a execução fiscal, quais são os instrumento jurídicos cabíveis para defesa do contribuinte?
- b) Disserte sobre os argumentos jurídicos a serem utilizados na defesa desse contribuinte em sede judicial.

RESPOSTA JUSTIFICADA.